

Análise de padrões estimativos de hostilidade urbana com base em gênero e etnia em João Pessoa-PB

Abraão Pinto de Oliveira Nóbrega e
Ana Gomes Negrão

Abraão Pinto de Oliveira NÓBREGA é especialista em Geoprocessamento pela PROMINAS, mestrando no PPGAU/UFPB

Ana Gomes NEGRÃO é doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU/UFRN

Resumo

Este artigo relaciona características sociais com padrões estimativos da densidade de comportamentos hostis, tendo como elementos comparativos, os indicadores de gênero e etnia dos participantes. Tem, por objetivo, caracterizar os diferentes perfis de hostilidade e picos de concentração, baseado na dicotomia de homens e mulheres de etnias brancas e não brancas. Para isso, apropria-se de uma abordagem qualiquantitativa. Integra a análise social e interseccional da amostra, através de um questionário público, com a discussão conceitual da forma e dinâmica urbana. Há, ainda, o geoprocessamento de dados espaciais, com a construção de uma base georreferenciada e disposição das experiências hostis ao longo do recorte empírico, como também a interpolação estimativa de densidade (via mapa de calor), da concentração espacial da violência. Destaca, por fim, como a vivência cidadina é afetada pela interseccionalidade de fatores sociais, evidenciando a sobreposição de opressões por meio da comparação entre os pares da amostra (com base em etnia) e na relação entre pontas opostas (com base em gênero).

Palavras-chave: violência, densidade estimativa, gênero e cidade, interseccionalidade.

Abstract

This article relates social characteristics with estimation patterns of the density of hostile behaviors, using the gender and ethnicity indicators of the participants as comparative elements. Its aim is to characterize the different profiles of hostility and peaks of concentration, based on the dichotomy of men and women from white and non-white ethnic groups. It uses a qualitative and quantitative approach. It integrates the social and intersectional analysis of the sample, through a public questionnaire, with the conceptual discussion of urban form and dynamics. There is also the geoprocessing of spatial data, with the construction of a georeferenced base and the arrangement of hostile experiences along the empirical section, as well as the interpolation of density estimates (via a heat map) of the spatial concentration of violence. Finally, it highlights how the city experience is affected by the intersectionality of social factors, showing the overlapping of oppressions by comparing the pairs in the sample (based on ethnicity) and the relationship between opposite ends (based on gender).

Keywords: violence, estimated density, gender and the city, intersectionality.

Resumen

Este artículo relaciona las características sociales con los patrones de estimación de la densidad de los comportamientos hostiles, utilizando como elementos comparativos los indicadores de género y etnia de los participantes. Su objetivo es caracterizar los dif-

erentes perfiles de hostilidad y picos de concentración, a partir de la dicotomía entre hombres y mujeres de etnias blancas y no blancas. Para ello, utiliza un enfoque cualitativo y cuantitativo. Integra el análisis social e interseccional de la muestra, a través de un cuestionario público, con la discusión conceptual de la forma y la dinámica urbanas. También el geoprocesamiento de datos espaciales, con la construcción de una base georreferenciada y la disposición de experiencias hostiles a lo largo del tramo empírico, así como la interpolación de estimación de densidad (vía mapa de calor) de la concentración espacial de la violencia. Por último, se hace hincapié en cómo la experiencia de la ciudad se ve afectada por la interseccionalidad de los factores sociales, destacando la superposición de opresiones mediante la comparación de los pares de la muestra (basada en la etnia) y la relación entre extremos opuestos (basada en el género).

Palabras-clave: *violencia, densidad estimada, género y ciudad, interseccionalidad.*

Introdução

Até que ponto sentir medo ao estar na rua pode ser considerada uma questão relacionada, exclusivamente, ao fenômeno social da violência? As soluções adotadas na produção do espaço, seja ele urbano ou edificado, contribuem sobremaneira para a vivência e percepção da qualidade ambiental nas cidades. Sendo assim, para entender fenômenos como a violência urbana e a sensação de segurança, são exigidas análises com base em questões tanto de ordem objetiva quanto subjetiva.

Andrade (2011), no estudo em João Pessoa-PB, discute como as estratégias construtivas estão ligadas ao uso do espaço urbano, podendo favorecer ou inibir comportamentos e experimentações espaciais. Além disso, reforça que a segregação socioespacial está intrinsecamente atrelada na sociedade e apresenta soluções cada vez mais rígidas e hostis (Ibid.). Corroborando com Severini e Nunes (2022), que, na avaliação no Triângulo Histórico no distrito da Sé, em São Paulo-SP, as autoras apontaram algumas estratégias de afastamento às pessoas em situação de rua por meio da arquitetura e de barreiras físicas em espaços coletivos. Ainda reforçaram que os elementos em questão, embora direcionados a um público específico, afetam a coletividade, impedindo ou dificultando o uso desses espaços.

Sobre a sensação do medo, Damatta (2001) reflete como a sensação de insegurança em espaços urbanos pode estar atrelada, fundamentalmente, ao ideal de que a rua é um contexto de disputa e, conseqüentemente, um ambiente hostil por natureza. Cabe pontuar, no entanto, que a reflexão sobre medo e a re-

lação com a vivência em sociedade são perpassadas pela subjetividade do indivíduo e, por isso, refletem seu lócus social. Sendo assim, questões como a expressão de gênero, etnia/raça, renda e outras características identitárias, são fatores centrais no que diz respeito à percepção e sensação de segurança, além de receios com a violência.

Ao estar inserido no grupo dominante e lido como a referência social do sujeito ideal — comumente representada como homens brancos, cisgênero, heterossexuais, sem deficiências e de classe média alta —, os medos, em relação à violência urbana, muitas vezes são interpretados como os receios gerais com questões patrimoniais (furtos, assaltos e semelhantes). No entanto, ao ser parte de alguma minoria social¹, o medo ultrapassa essa barreira no consenso do imaginário popular. Dessa maneira, englobam, além dos receios gerais, os medos à própria integridade física e psicológica; normalmente pautados em situações humilhantes, vexatórias e discriminatórias, como ameaças, assédios e crimes de ódio.

¹ Vale salientar que o termo “minorias sociais” não se refere ao quantitativo numérico de algum grupo social, mas sim à lógica de concentração de poder na hierarquia social, conforme aponta Ribeiro (2021).

Considerando o universo vasto da diversidade social, econômica e cultural presente no contexto brasileiro, a dicotomia de acesso e liberdade perante a vida social reflete uma prática excludente. Ribeiro (2018) e Almeida (2021) discutem a segregação estrutural e os impactos na vida coletiva enquanto indivíduo pertencente a grupo minoritário, atrelando questões como a violência, marginalização e exclusão aos indicadores de gênero, etnia/raça, renda e educação. Assim, indo de acordo com o estudo de Gomes, Oliveira e Dias (2022), pois os autores reforçaram que a violência urbana é um problema de saúde pública e de ordem multifatorial, sendo um fenômeno diretamente influenciado por questões como: “ambientes insalubres, má distribuição de renda, desemprego, dependência química, questões raciais, baixo nível educacional, isolamento social [...]” (Ibid., p.79).

Dessa maneira, apontar a cidade como palco das ações e manifestações sociais, como também das relações entre diferentes grupos, reforça sobre a possibilidade de que essas interações geram reações diversas, inclusive as que estão em análise neste trabalho.

Aporte teórico

Berth (2020), Nascimento (2021) e Ribeiro (2021) abordam a interseccionalidade de indicadores sociais, considerando a sobreposição da identidade de gênero, etnia/raça e renda, como uma ferramenta de análise

para discussão de questões como a concentração de poder, espaços de dominância na sociedade e vida coletiva. Pois, ao estar inserido em uma sociedade étnico-generificada e carregada de estigmas, a depender da localização na hierarquização social, o indivíduo em questão, enfrentará uma maior possibilidade de ter sua vivência nos meios público e privado afetada por preconceitos e opressões. No que tange à vida urbana, ao se comparar a experiência de grupos em hierarquias diferentes (dominantes ou minorias) o acesso à mobilidade, segurança e qualidade de vida poderão ser diretamente influenciados (Martins; Fernandes Filhos; Barros, 2020; Prado, 2021).

Ao se observar a produção do espaço urbano, Negri (2008) reforça que quem está na dominância social influencia na articulação ambiental, construindo cidades à imagem de seus interesses, podendo tanto segregar grupos em vulnerabilidade quanto se isolar em recortes privilegiados da urbe. Para Corrêa (1995), o espaço urbano é um produto das ações e intenções empregadas pela sociedade, refletindo as interações dos grupos sociais, os contextos de disputa e as interferências realizadas. No entanto, ao mesmo tempo que é produto, também é produtor, pois suas características podem interferir nas práticas realizadas e em como cada sujeito o percebe.

Ao se apropriar da sensação de insegurança no meio urbano, além de questões das disputas sociais e processos como a mixofobia (Bauman, 2009), a produção dos espaços vinculada à mercantilização do medo, favorece a uma fortificação da arquitetura, o que impacta diretamente na vida urbana. Para Dias e Jesus (2022), as estratégias arquitetônicas adotadas se tornam cada vez mais hostis e favorecem ao enclausuramento das edificações, fechando as construções para a rua e, assim, criando corredores urbanos opressivos. Essa negação da arquitetura à rua, afeta principalmente grupos em vulnerabilidade, sendo um processo que se retroalimenta. Visto que, com a mercantilização do medo, a produção do espaço se alinha à fortificação, porém, quanto mais enclausuradas são as construções, mais hostis as ruas se tornam e, novamente, o medo serve de combustível para adoção de estratégias mais rígidas em um ciclo sem fim (Ibid.).

Rampasi e Oldoni (2020, p.391), na avaliação em Cascavel-PR, mapearam soluções arquitetônicas utilizadas como ferramentas de afastamento a grupos vulneráveis, com maior foco a minorias econômicas e pessoas em situação de rua. Apontaram que essa produção pode ser comumente encontrada sob a for-

ma de “bancos antimendigo, espetos e gradis, pedregulhos e até mesmo o paisagismo espinhoso”. Já no estudo em Recife-PE, Dias e Jesus (2022, p.27) reforçam que a adoção do medo como fomentador para criação dos espaços “transforma casas, ruas, praças e conduz a uma perda de vitalidade e urbanidade, na medida em que edifica espaços sem qualidade”.

Em uma sociedade marcada pelo medo, com construções e espaços coletivos cada vez mais rígidos, limitados e/ou com estratégias de separação, os preconceitos enraizados se alinham com uma sensação de controle e superioridade. Para Arendt (2001) o poder é manifestado, em seu ápice, por meio da violência, pois denuncia e evidencia o controle entre grupos. Visto que, a violência — em seus mais diversos cenários —, justifica-se como mecanismo de manutenção do medo. Arendt (2001) e Berth (2020) debatem sobre como a concentração do poder, na hierarquia social, influencia as interações humanas. Uma vez que, quem está nos espaços de decisão e, conseqüentemente, em pontos elevados no sistema de privilégios sociais, cria espaços alinhados à sua visão e que, muitas vezes, desconsideram necessidades e características dos demais atores da produção urbana.

Prado (2021) reforça, por exemplo, que as mulheres estão mais presentes nos espaços públicos, apresentando padrões de movimento específicos e mais diversos que os homens. No entanto, quando se refere à percepção de segurança, há uma disparidade em relação ao medo (Ibid.); sendo essa uma reflexão passível de replicação quando se discute sobre outros grupos minoritários. Ou seja, pessoas LGBTQIAPN+, de etnias não brancas, de baixa renda e outros; tendem a vivenciar o espaço urbano de forma fragmentada e com receios para além da “simples” violência urbana. Afinal, seja por soluções projetuais ou por questões comportamentais, o mais habitual é que vivenciem a segregação e hostilidade.

Considerando o marcador de gênero, trazendo experiências de mulheres cisgênero, o dossiê “*Visível e invisível*” (Rosa et al., 2023) apresenta que 28,9% das mulheres brasileiras foram vítimas de alguma violência ou agressão no último ano. Como um agravante para essa situação, mais da metade dos casos (53,8%) aconteceram na casa das vítimas, sendo as agressões comumente realizadas por conhecidos. Além disso, mais 17,6% dos casos foram em espaços públicos, com sobreposição de casos entre conhecidos ou não. Nesse cenário, Lucena (2020) traz que a violência contra as mulheres foi um ato socialmente

aceito, chegando até a ser legitimado na história, articulando essa prática à estrutura patriarcal que perdura até a contemporaneidade.

Ainda segundo dados de Rosa et al. (2023), 46,7% das brasileiras vivenciaram assédios e desse total, 41% apontam que aconteceu em espaços públicos, enquanto 12,8% foram vítimas em transportes públicos. Articulando a intersecção do aspecto étnico e gênero, mulheres negras² concentram 65,6% dos casos, seguidas por brancas (29%), indígenas (3%) e amarelas (2,3%); reforçando a maior vulnerabilidade pela superposição de opressões de base racista e machista. Considerando apenas o marcador étnico, 77% dos assassinatos cometidos no Brasil foram contra pessoas negras, configurando um aumento de 1.6% em relação ao ano anterior, tendo como contraponto, uma redução de 33% no número de pessoas não negras mortas no mesmo período. Além disso, a chance de uma pessoa negra ser assassinada é de 2.6 vezes maior do que alguém não negro (Cerqueira et al., 2021).

² Aqui se considera a vivência de mulheres pretas e pardas.

Ao refletir que tais violências, muitas vezes, ultrapassam uma barreira de “senso comum”, são naturalmente motivadas pelo ódio, seja em questões alinhadas ao racismo estrutural, à misoginia ou ambas. Desse modo, conforme Oliveira (2016, p.44) discute:

entender o crime de ódio requer pensá-lo como parte de um processo social e político [...] a violência reserva determinados lugares aos sujeitos, a depender do modo como se inscrevem em hierarquias sociais conferidores de valores e indutoras de materialidades que se efetivam por relações concretas de poder.

Definição do objeto empírico

No contexto de entender como os diferentes marcadores sociais participam na maior ou menor possibilidade de experimentação de violências é que este trabalho se insere. Objetiva caracterizar os diferentes perfis de hostilidade e picos de concentração, baseado na dicotomia de homens e mulheres de etnias brancas e não brancas. Para isso, utilizou como objeto empírico, um conjunto de nove bairros na zona sul de João Pessoa, PB (figura 01).

A escolha foi motivada pelo interesse de entender a dinâmica da violência em bairros próximos a dois importantes polos universitários da cidade. Assim, considerando um raio de três quilômetros a partir dos campi da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), foram

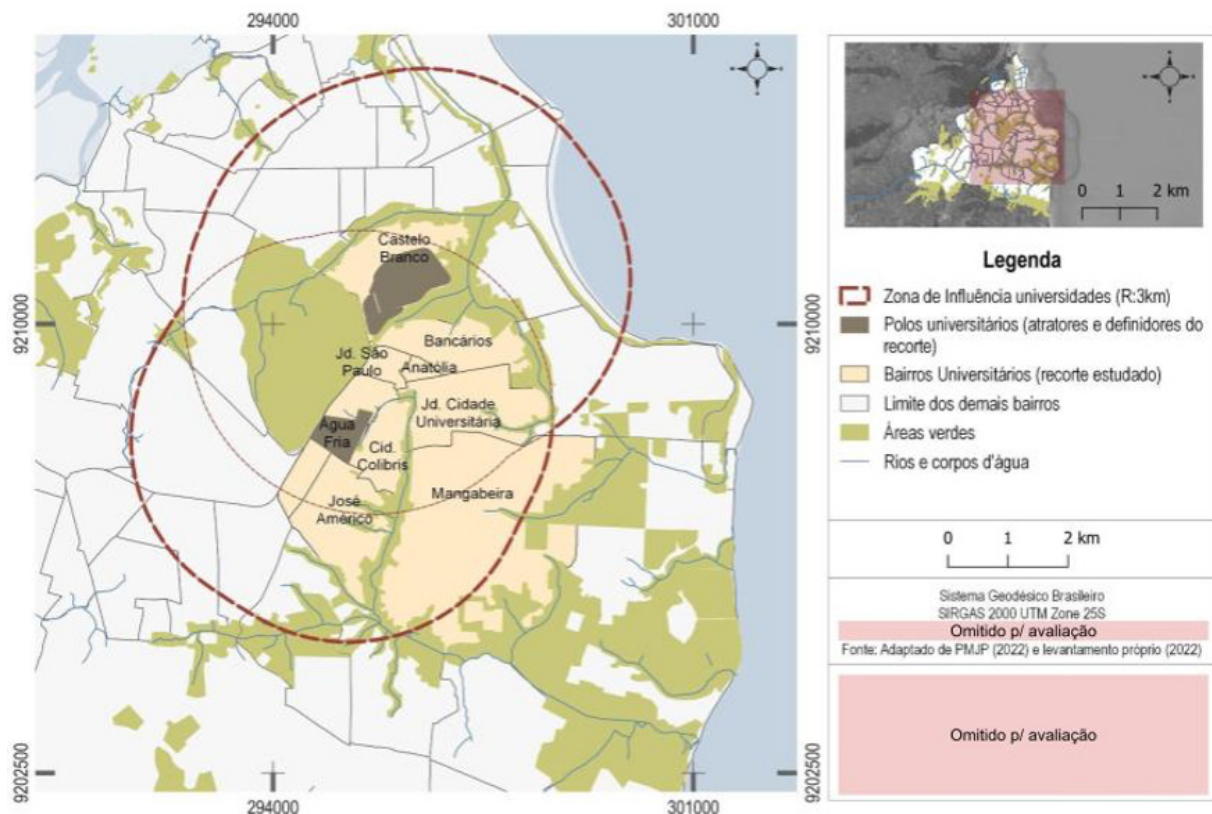


Figura 1
Localização do recorte de estudo
Fonte: Autoria própria, 2024

determinados como base para o estudo os bairros que tivessem pelo menos metade do seu limite englobado nos raios de influência dos campi, resultando em oito bairros. Houve uma exceção à regra, tendo sido acrescentado o bairro Mangabeira. Pois, em decorrência de sua extensa área, uma menor parcela de seu território ficava na zona de influência da UFPB. Porém é uma região que se configura como um importante destino de moradia universitária e diretamente influenciado pelo público alvo da pesquisa. Além disso, o bairro estava, simultaneamente, quase integralmente inserido na região de influência do UNIPÊ.

Materiais e métodos

Com uma abordagem estruturalista, esta pesquisa utilizou uma metodologia hipotético/dedutiva centrada na interpolação estimativa de um fenômeno social (violência). Ela é um recorte do estudo desenvolvido em 2022 [omitido para avaliação cega], sobre a articulação dos perfis de violência com o espaço urbano, tendo como indicadores de discussão o gênero e etnia da população. Aqui foram trazidos apenas os resultados da interpolação estimativa de densidade de quatro grupos, discutindo e comparando os perfis de concentração.

As experiências de violência foram mapeadas com base em um questionário aplicado pela plataforma *Google Forms*, no período entre novembro (2021) e maio (2022), obtendo um total de 358 respondentes. Era estruturado em três etapas: perfil social — para entendimento da interseccionalidade da amostragem —, percepção de segurança e experiências com a violência urbana. Ao fim do questionário, o voluntário marcaria espacialmente onde passou por situações de violência no recorte de estudo, assim gerando um total de 510 experiências ao unir as respostas de todos os grupos participantes, mas no recorte deste artigo, o valor total foi de 373 casos.

Com as respostas convertidas em uma planilha, foi realizado o tratamento dos dados em software de sistema de informação geográfica (SIG), utilizando o Qgis 3.10 para o georreferenciamento das experiências em pontos. Após a disposição dos casos ao longo dos nove bairros estudados, foi realizada a interpolação estimativa de densidade kernel que quantifica a concentração proporcional do fenômeno. Esse processamento consiste na ponderação de pesos e articulação de informações vetoriais (pontos) de dado fenômeno, permitindo o entendimento de como eles se articulam e concentram em determinado raio de abrangência.

Neste trabalho, foi utilizada a fórmula quártica do interpolador, por apresentar uma ponderação proporcional e com menor efeito de borda, pela decadência do peso menos drástica entre pontos nos extremos do recorte. Além disso, tentando entender o perfil e concentração dos casos sem uma maior extrapolação do recorte adotado, conforme abordado no estudo de Rizzatti et al. (2020), foi adotado um raio de influência de 500 metros a partir de cada ponto. Vale salientar que não houve a inserção de um peso baseado nos atributos da camada vetorial das experiências. Assim, este artigo apresenta a densidade estimativa exclusivamente baseada na distância espacial entre as ocorrências, possibilitando a caracterização dos picos com maior concentração de casos e até onde se expande as áreas potencialmente mais hostis.

Resultados e discussão

A espacialização das experiências mapeadas ao longo do recorte, apresentou concentrações específicas possivelmente alinhadas a elementos urbanos atratores de movimento. A figura 2 ilustra essa disposição no recorte, considerando a sobreposição do fenômeno estudado com a presença de: espaços públicos como

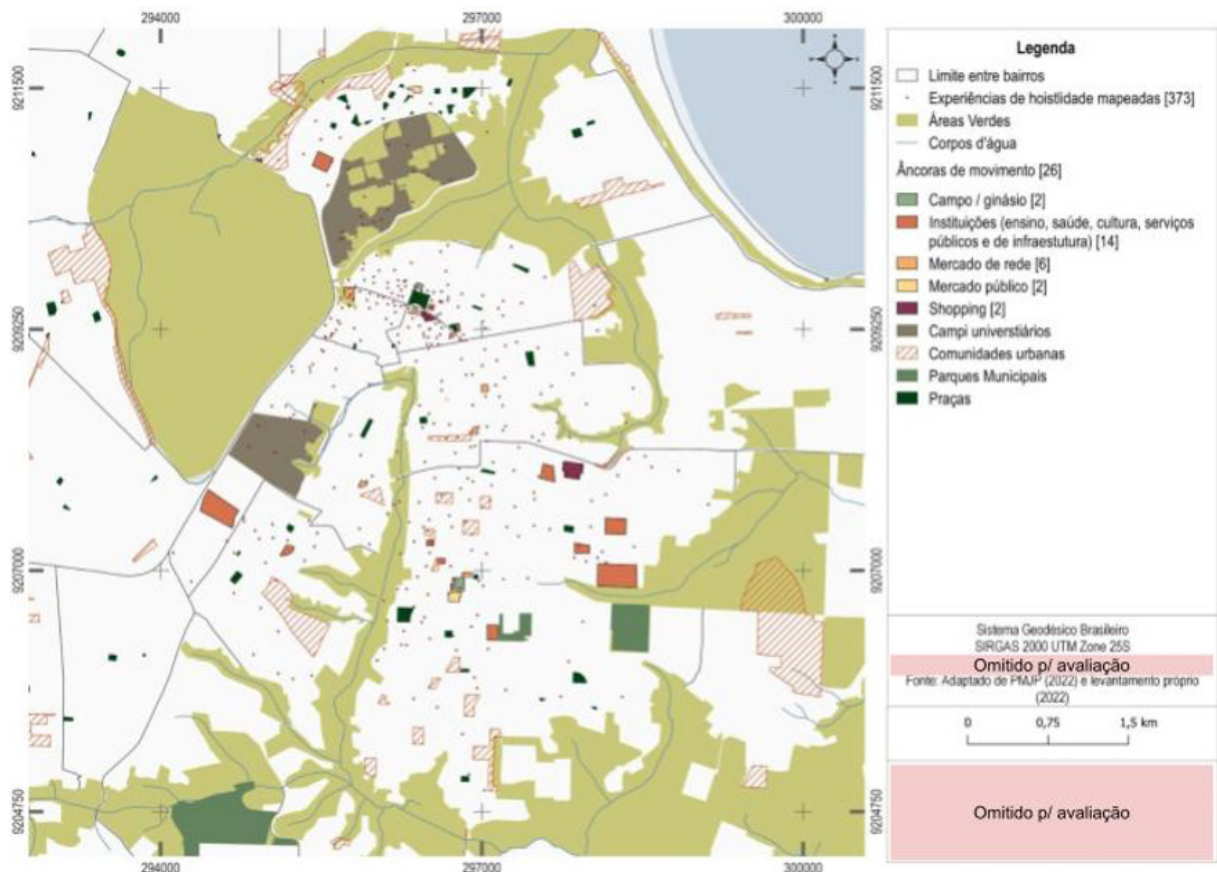


Figura 2
 Disposição dos casos de hostilidade mapeados, sobrepostos com uma série de atratores de movimento. Fonte: Autoria própria, 2024

praças e parques municipais, mercados de rede (com infraestrutura de grande porte) e mercados públicos, campos e ginásios, shoppings centers, além de instituições educacionais públicas, de saúde, cultura, serviços e/ou infraestrutura. Há também o destaque dos campi universitários e das comunidades urbanas presentes no recorte e seu entorno direto.

O trecho que mais destaca essa relação, sendo a espacialidade mais densa no quantitativo de casos, é caracterizada pela região limítrofe de três bairros: Anatólia, Bancários e Jardim São Paulo. Nessa localidade há:

A Rua Bancário Sérgio Guerra, um importante eixo de circulação viária da cidade, que faz a conexão e acesso à BR-230 e aos bairros da zona sul pessoense, como também ao campus da UFPB. Nesse caso, além da intensidade de movimento para veículos particulares, também passam treze diferentes linhas de ônibus que conectam a zona sul ao centro e às praias, com intensa movimentação pendular;

A presença de três grandes equipamentos atratores de movimento: a Praça da Paz, o Shopping Sul e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) dos Bancários. A praça se destaca no cenário local como referência para encontro e socialização da região estudada, tendo diferentes situações de uso em todos os turnos do dia. O shopping, por sua vez, além de concentrar uma série de atividades comerciais, também tem a presença de serviços como ponto de recarga para o passe de ônibus intermunicipal. E, com relação à UPA, ela é a referência de atendimento a boa parte da zona sul do município, servindo como ponto de atendimento emergencial tanto para os Bancários como para todos os bairros vizinhos.

Em outras situações, como mais presentes em Mangabeira, percebeu-se uma maior proximidade entre os casos nas regiões próximas das comunidades urbanas. Essas, por sua vez, principalmente as primeiras no sentido norte-sul, estão também alinhadas às principais vias de movimento do bairro, como a Rua Josefa Taveira, que se conecta à R. Bancário Sérgio Guerra. Além disso, são áreas de menor poder aquisitivo, com presença de edificações em variados graus de infraestrutura. Sendo assim, há pontos de maior vulnerabilidade socioeconômica, tendo também maior presença de pessoas não brancas (tanto homens quanto mulheres), servindo como alusão ao discurso de autores como Ribeiro (2018) e de Gomes, Oliveira e Dias (2022).

Com relação aos voluntários que formam o público da pesquisa, aplicando o recorte para este artigo, sua composição é formada por homens (54 de etnia branca e 57 de não brancas) e mulheres (110 de etnia branca e 89 de não brancas), sendo ambos os grupos compostos apenas por pessoas cisgênero³. Observando as experiências mapeadas, o primeiro ponto a se destacar é a variabilidade dos padrões de violência tanto ao se comparar as experiências de pares em questão étnica e/ou de raça, quanto em questão da expressão do gênero.

A figura 3(A) retrata a concentração dos casos de homens cis brancos, refletindo a menor quantidade absoluta, tendo 19 situações de violência mapeadas. Há uma certa massificação de casos na região central do recorte, englobando integralmente os bairros de Jardim São Paulo e Anatólia, além de um trecho dos Bancários. Esse padrão se repete nos demais grupos, reforçando o potencial dessa tríade como zona de maior potencial hostil. E, conforme já dito, entende-se que há uma forte relação com a confluência de fluxos

³ Os grupos étnicos não brancos, com respostas tanto para homens quanto mulheres, participantes da pesquisa foram: pretos, pardos, amarelos e indígenas.

dentro do recorte a esse trecho, seja pelo aspecto de movimento potencial, quanto pela presença de espacialidades importantes como a Praça da Paz.

O padrão de concentração dos casos, ainda sobre homens cis brancos, de todos os grupos estudados é o que menos se expande pelo recorte, tanto por consequência de seu baixo valor numérico, quanto pela concentração dos casos em uma mesma região. Há um prolongamento da zona mais crítica, ou seja, com maior valor de situações violentas próximas, indo de encontro ao campus da UFPB, porém com rápida queda nos valores. Percebe-se, também, situações pontuais ao longo dos demais bairros do recorte, reforçando um padrão mais disperso, volátil e de menor impacto, indo de encontro à hipótese base de que a vivência de homens brancos e cisgênero seria a menos hostil.

A figura 3(B), por sua vez, apresenta o padrão da violência contra homens cisgêneros de etnias não brancas. Comparando-os com seu par, há níveis de con-

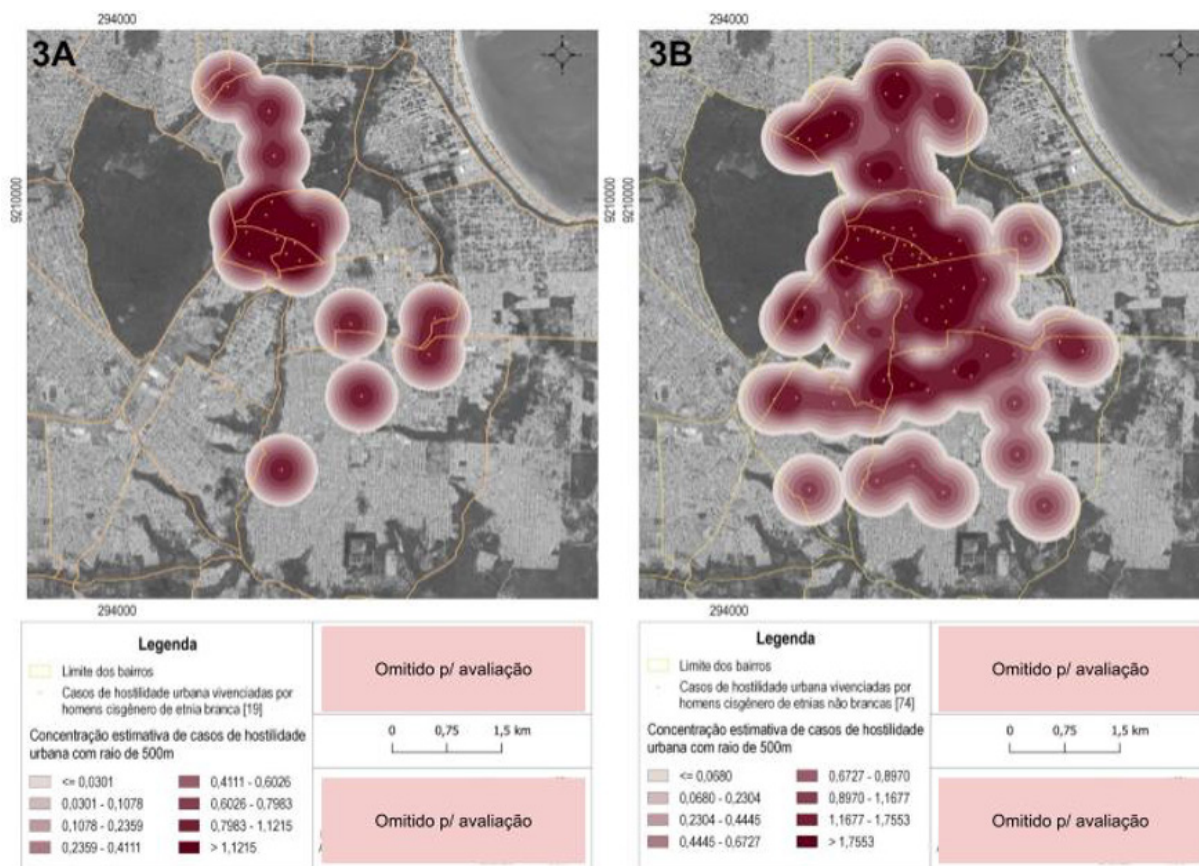


Figura 3
 Disposição dos casos e concentração estimativa das experiências. À esquerda (figura 3a) de homens cisgênero de etnia branca. À direita (figura 3b) homens cisgênero de etnias não brancas
 Fonte: Autoria própria, 2024

concentração maiores, mais densos e menos voláteis. A zona crítica também apresenta uma concentração na tríade Jardim São Paulo, Anatólia e Bancários, porém com uma expansão da região crítica para porções mais internas dos bairros em questão, como também para outros, como Jardim Cidade Universitária, além de outras zonas críticas menores dispersas no castelo Branco e começo de Mangabeira. Desse modo, entende-se que mesmo comparando indivíduos em situação de privilégio social pautado em gênero, o indicador étnico impacta na vivência na cidade. Homens não brancos apresentaram um total de 74 experiências com a violência, ou seja, quase quatro vezes mais do que as de homens brancos.

Sendo assim, o comportamento dos padrões reforça que há menos risco de ser vítima de alguma experiência de violência ao ser um homem cisgênero e branco, uma vez que a amostragem apresenta participantes em quantitativos semelhantes, mas com resultados bastante diferentes. O padrão de homens cis não brancos, além de ser mais denso, também apresenta pequenas zonas críticas espalhadas por todo o território, diferentemente de homens cis brancos que tiveram apenas zona crítica orbitada por pontos dispersos e com pouca conexão entre si.

A figura 4(A) apresenta o padrão de violências contra mulheres cisgênero brancas, caracterizado por uma zona crítica extensa que se expande para além da tríade já caracterizada nos grupos anteriores. É um padrão denso, pouco volátil e de grande extensão, tendo o segundo maior número de casos absolutos (125). Neste grupo, percebe-se o alargamento para o interior dos bairros e o prolongamento em direção ao campus do UNIPÊ, indicando para a maior presença deste grupo na região. Além disso, também apresenta uma larga zona crítica separada da principal, na porção central do Jardim Cidade Universitária.

Já a figura 4(B) apresenta o padrão de mulheres cisgênero não brancas, sendo o grupo com o perfil mais extenso, denso e menos volátil. Há uma característica específica que é a bipartição da zona crítica, tendo duas ambiências proporcionais entre si, ao contrário dos demais que apresentaram, no máximo, uma zona principal e outra secundária. Além disso, há a presença de uma terceira zona crítica, de menor escala, centrada em uma âncora de movimento, caracterizada por ser a sede da maior empresa de telemarketing municipal. Assim, além de ser o grupo com os maiores valores absolutos (155), também traz a massificação na tríade já entendida como ambiência potencialmen-

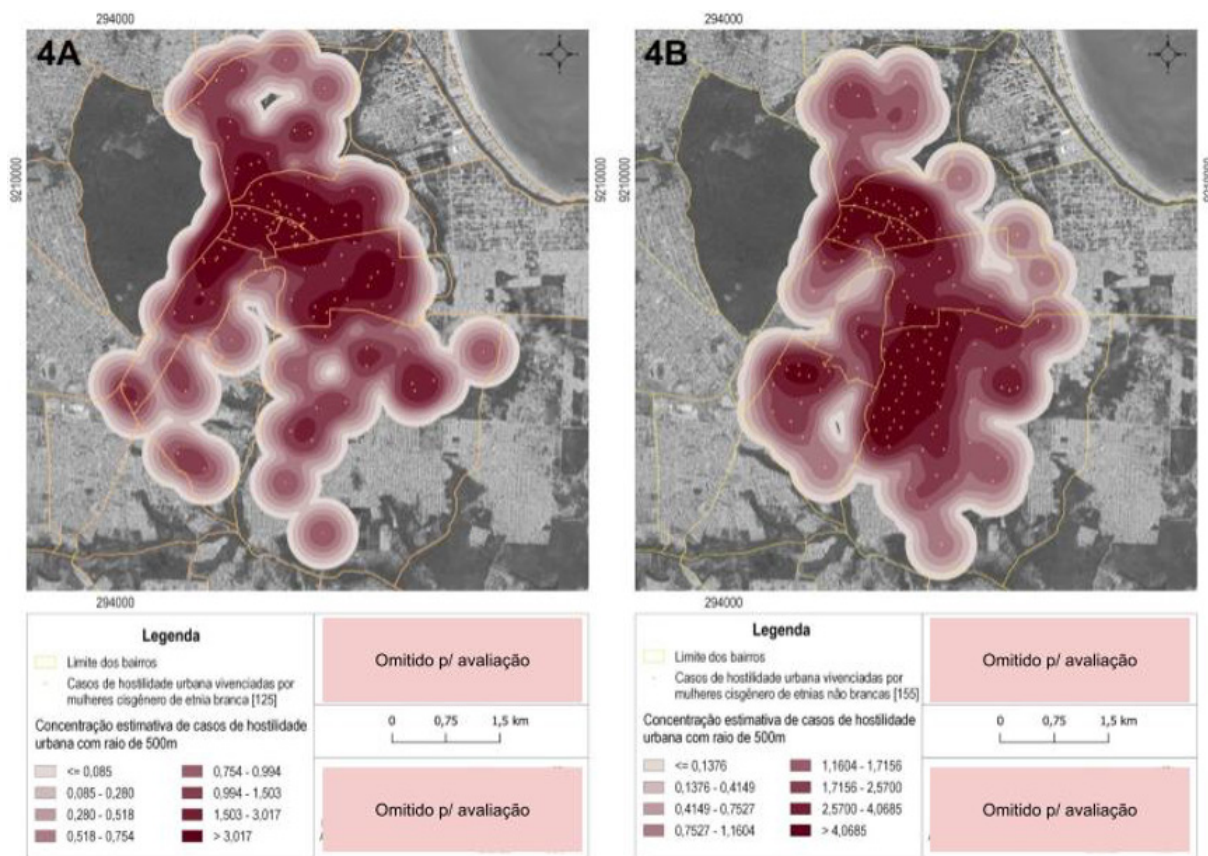


Figura 4
 Disposição dos casos e concentração estimativa das experiências. À esquerda (figura 4a) de mulheres cisgênero de etnia branca. À direita (figura 4b) mulheres cisgênero de etnias não brancas
 Fonte: Autoria própria, 2024

te hostil, com o espraiamento da zona para o interior do bairro e a massificação secundária ao longo do maior bairro do recorte (Mangabeira), englobando dois dos principais eixos de movimento desse.

Um fator que se destaca, considerando a comparação por pares, é que diferentemente dos homens, no caso das mulheres, o contingente de participantes brancas é medianamente superior, mas ainda assim, o padrão de concentração dos casos e os valores absolutos são menores que os de mulheres não brancas. Além de refletirem os padrões de movimentos das participantes, visto que na figura 4A fica evidente uma concentração maior dos casos em uma região específica, tendo quedas drásticas nos níveis de hostilidade estimativa à medida que se avança para bairros como Cidade dos Colibris, José Américo e Mangabeira. Em contrapartida, as mulheres não brancas têm padrões mais elevados em todo o recorte estudado, com exceção de bairros como Água Fria e Jardim Cidade Universitária, que por sua vez, concentram mais experiências de mulheres brancas.

Considerações finais

Este estudo apresentou diferenças nos padrões e concentrações estimativas de casos de violência, comparando grupos em pares. Como primeiro ponto, ficou em evidência que, independente da sobreposição de fatores sociais, há uma certa variação dicotômica tanto numa avaliação que considere exclusivamente etnia/raça ou gênero da amostragem. Isso reforça a ideia originária de que ao ser parte de um grupo entendido como minoria social, há uma maior tendência a vivenciar diferentes possibilidades de violência — considerando tanto aspectos “comuns” a todos os cidadãos, quanto os de especificidade pautada em estruturas sociais segregatórias como o racismo, misoginia e LGBTfobia.

Sendo essa uma questão presente tanto ao se comparar a vivência do sujeito ideal com a de minorias (no caso de homens brancos e não brancos), quanto ao se equiparar situações em que ambos são minorias, mas em pontos distintos da hierarquia social pela sobreposição étnica e de gênero, como foi o caso de mulheres brancas (oprimidas apenas por gênero) e não brancas (oprimidas tanto por gênero quanto por etnia/raça). Uma vez que, tanto nas experiências de homens quanto de mulheres, ao ser uma pessoa preta, parda, amarela ou indígena, os quantitativos e padrões estimativos do fenômeno foram maiores e/ou mais densos.

Dito isso, ficou como reflexão de desdobramento do trabalho, a produção dos padrões estimativos de violência que considerassem a dualidade do fenômeno ante às orientações sexuais. Podendo adicionar uma nova camada para o debate da hierarquização e privilégios sociais, visto que, haveria uma delimitação ainda mais específica e mais próxima do sujeito ideal do planejamento — homens brancos, cisgêneros e heterossexuais —, com a de diferentes configurações de minorias, considerando possibilidades como: homens e mulheres de etnias brancas e não brancas, cisgêneros ou transgênero e que também fossem bissexuais, pansexuais ou homossexuais.

Entendendo que a intersecção de fatores sociais se configura tanto como um conceito central para estudos não hegemônicos, quanto uma ferramenta que esclarece o sistema social de privilégios, vigente na sociedade brasileira; aplicá-la neste trabalho reafirmou a hipótese de que o “sujeito ideal” estaria em certa vantagem. Visto que, quando se comparou as pontas da hierarquia social descritas aqui (homens



cisgênero brancos e mulheres cisgênero não brancas), percebeu-se uma discrepância considerável. Essa dicotomia se configurou como uma questão na espacialidade, dada uma variação de 2.6 na área das zonas mais críticas, que detinham aproximadamente 107 ha e 280 ha, respectivamente. Mas também em uma diferença de oito vezes em relação aos valores quantitativos de experiências, reforçando uma possibilidade maior de ser vítima de algum tipo de violência quando se foge ao padrão lido como ideal.

Dessa maneira, cabe refletir sobre o impacto do desenho urbano e do imaginário social coletivo que constitui e fortalece uma estrutura social excludente e hostil. Assim, reforçando a necessidade de estudos fora de hegemonia de gênero, etnia e outros, para a possibilidade de um planejamento urbano inclusivo, cidades com mais equidade e acesso a todos os públicos. Uma vez que, ao entender e evidenciar que há essa conexão entre planejamento das cidades e exclusão que fomenta a vulnerabilidade de grupos, há a possibilidade de abertura para novas estratégias que visem mitigar de maneira emergencial as principais fragilidades urbanas em questões como: projeto de espaços públicos e equipamentos de lazer, mobiliários urbanos responsivos a gênero, iluminação urbana, vitalidade e urbanidade, arquitetura hostil, entre outras. Isso sem desconsiderar a necessidade da reforma na educação de base, buscando romper com ideais de um sistema pautado na exclusão, possibilitando que mais pessoas possam vivenciar a cidade em paz, independente de suas características físicas e identitárias.

Referências

- ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- ANDRADE, P. A. Quando o design exclui o Outro. Dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa PB. *Arquitextos*, ano 12, n.134.05, jul. 2011.
- ARENDRT, H. *Sobre a violência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- BAUMAN, Z. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BERTH, J. *Empoderamento*. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- CERQUEIRA, D. et al (org.). *Atlas da Violência*. São Paulo: Fbsp, 2021. 108 p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.
- DAMATTA, R. *O que faz o brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

DIAS, S. B.; JESUS, C.R. Cidade hostil. *Revista Geografias*, v. 15, n. 1, p. 26-50, 2022.

GOMES, D. F.; OLIVEIRA, L. C.; DIAS, M. S. A. Estratégias para o enfrentamento da violência urbana: revisão integrativa. *SANARE - Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 21, n. 2, 2022. DOI: 10.36925/sanare.v21i2.1667.

LUCENA, Mariana Barrêto Nóbrega de. *Morte violenta de mulheres no Brasil e novas vulnerabilidades: da violência do patriarcado privado à violência do patriarcado público*. Gramado: Aspas Editora, 2020.

MARTINS, M. O.; FERNANDES FILHO, F. N. V. .; BARROS, A. F. P. Territórios de lazer LGBTQ+ na cidade de João Pessoa. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico | RBDU*, Belo Horizonte: Fórum, v. 6, n. 10, p. 235-247, 2020.

NASCIMENTO, L. C. P. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NEGRI, S. M. Segregação Sócio-Espacial: alguns conceitos e análises. *Coletâneas do nosso tempo*, Rondonópolis, v. 7, n. 8, p. 129-153, out. 2008.

[omitido para avaliação cega]

OLIVEIRA, Marcos de Jesus. O crime de ódio contra LGBTQs no Brasil: algumas hipóteses interpretativas. *Bagoas - Estudos Gays: gêneros e sexualidades*, Natal, v. 10, n. 14, p. 41-62, jun. 2016.

PRADO, N. Gênero e políticas de mobilidade a pé: enfoques para o planejamento urbano. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. 6., 2021, Brasília. *Anais VI ENANPARQ*. Brasília: Fau-Unb, 2021. p. 1299-1315

RAMPASI, N. L.; OLDONI, S. M. Cidade para quem? Uma análise da arquitetura hostil e sua influência no espaço urbano. *Revista Thêma et Scientia*. v. 2, n. 10, p. 385-406, dez. 2020.

RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

RIBEIRO, R. D. S. *Feminismos: o que as feministas querem?* Rio de Janeiro: Feminismo Literário, 2021.

RIZZATTI, M., et al. Mapeamento da COVID-19 por meio da densidade de Kernel. *Metodologias e Aprendizado*. [S.L.], v. 3, p. 44-53, 12 jun. 2020.

ROSA, C. T. et al (org.). *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Fbsp, 2023. 52 p.

SEVERINI, V. F.; NUNES, G. P. Arquitetura hostil: cidade para quem?. *Cadernos CERU*, [S.L.], v. 33, n. 2, p. 76-95, 26 dez. 2022. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v33i2p76-95.